
Análise da Função de Despesa Gestão Ambiental nos Municípios de Rondônia¹

Analysis of Environmental Management Expense Function in the Municipalities of the Rondonia

Alexandre de Freitas Carneiro²

Ademir Vieira de Moura³

Sérgio Cândido de Gouveia Neto⁴

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal conhecer o perfil da aplicação na função de despesa Gestão Ambiental pelos municípios de Rondônia e, especificamente, responder às questões: Quais municípios rondonienses apresentam mais regularidade de gastos com a função de despesa gestão ambiental? Qual o nível de correlação existente entre as despesas na função gestão ambiental e as receitas? Quais municípios que obtiveram maior e menor aplicação de recursos na função de despesa gestão ambiental? Torna-se relevante a pesquisa pelo fato de o estado de Rondônia estar inserido no conceito de Amazônia Legal. O método da pesquisa é o estatístico, o nível é exploratório e o delineamento é a pesquisa documental e estudo de campo. Os dados foram coletados nos documentos oficiais disponibilizados pelo Tribunal de Contas. Utilizou-se estatística descritiva e inferencial. O município que obteve boa correlação foi Porto Velho. A correlação total foi péssima nos períodos de 2008 a 2010, baixa em 2006, média em 2005 e alta somente em 2007. O resultado do teste t indicou que as correlações são lineares somente para os anos de 2005 e 2007, indicando que a alocação de recursos para a função gestão ambiental foi realizada com base na receita. O município que mais aplicou em gestão ambiental foi Cacoal.

Palavras-chave: Despesas. Gestão Ambiental. Informações; Municípios.

ABSTRACT

This study has as main objective to know the profile of the application in the function of expense Environmental Management by municipalities of Rondonia and, specifically, answer the following questions: What counties in the state of Rondonia feature more regularly than spending on environmental management expense function? What is the level of correlation between expense on environmental management function and the revenue? Which municipalities that have higher and lower application of resources in environmental management expense? Becomes relevant research by the fact state of Rondonia to be inserted into the concept of the Legal Amazon. The search method is the statistician, the level is exploratory and

¹ Artigo publicado nos anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, junho de 2013.

² Professor e chefe do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia. Mestrado em Administração. Especialização em Contabilidade e Controladoria. Contador. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE-MG). Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Organizações – GEPORG, UNIR; e-mail: alexandrevha95@gmail.com.

³ Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia; e-mail: bmademir@hotmail.com.

⁴ Professor do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia. Mestrado em Ciências e doutorando em Matemática; e-mail: gouveianeto@gmail.com

delineation is the documentary research and field study. The data were collected in the official documents made available by the Court of Auditors. Using descriptive and inferential statistics. The municipality obtained good correlation was Porto Velho. The total correlation was poor during periods of 2008 to 2010, low in 2006, 2005 average and high only in 2007. The t test result indicated that the correlations are linear only for the years 2005 and 2007, indicating that the allocation of resources for environmental management function was performed based on the revenue. The municipality that applied in environmental management was Cacoal.

Keywords: Expenses. Environmental Management. Information. Municipalities.

1. Introdução

Este estudo enquadra-se na área da gestão pública no âmbito das funções de governo, especificamente a de Gestão Ambiental. Conforme a Portaria nº. 42/99 a despesa pública é classificada por funções. São 28 funções de despesa, sendo algumas delas: Educação, Saúde, Administração, Urbanismo e Gestão Ambiental.

Com a rápida evolução tecnológica, por meio de recursos informatizados, o governo tem o dever de promover a transparência das contas públicas, inclusive investimentos e gastos ambientais, e fornecer a informação para promover, ainda, o controle social no setor público. O governo tem a responsabilidade da devida prestação de contas (*accountability*).

O tema é relevante ao discutir a questão ambiental no âmbito dos municípios do estado de Rondônia que estão inseridos no conceito da Amazônia Legal. Este conceito refere-se à área do território nacional que possui trechos da Floresta Amazônica. É importante saber quais são as ações e políticas públicas ambientais destes, bem como os gastos e investimentos ambientais na região e devido acesso às informações ambientais, ações, planos e projetos, garantias essas defendida na Declaração do Rio de 1992.

Pesquisas mostraram que gastos ambientais públicos brasileiros datam dos anos 90, com destaque para o nível federal. Entretanto, não há estudos informando os gastos ambientais nos municípios da região Norte.

A evolução da legislação das finanças públicas tem como um divisor de águas na história da contabilidade pública brasileira a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que tem um de seus pilares a transparência das contas públicas. Sabe-se que o poder público tem elaborado prestações de contas da gestão, pois se assim não o fizesse teria suas contas reprovadas pelo órgão de controle externo respectivo, que é o Tribunal de Contas. Mas se a prestação de contas for de intuito só atender o controle externo, o

cidadão e as empresas não têm a correta idéia de “para onde” e “para que” os tributos pagos por eles são aplicados.

Nos dez anos de vigência da LRF a obrigação da prestação de contas e da transparência e controle das contas ganha maior dimensão em vista das sanções aos gestores que descumpri-la. Sendo assim, o governo tem o dever de prestar contas, de ser transparente, oferecer ao cidadão informações, inclusive de natureza ambiental, de que ele necessita para exercer sua cidadania. Para haver transparência é preciso informação e sem o seu adequado acesso, os cidadãos ficam privados de realizarem julgamento das ações e programas desenvolvidos pelo governo.

Considerando que a Constituição Federal dispõe sobre a responsabilidade dos entes da federação em relação ao meio ambiente e que a Gestão ambiental é uma função de governo, o objetivo principal da pesquisa é conhecer o perfil da aplicação na função de despesa Gestão Ambiental pelos municípios de Rondônia e, especificamente, responder às questões: 1. Quais municípios do estado de Rondônia apresentam mais regularidade de gastos com a função de despesa gestão ambiental? 2. Qual o nível de correlação existente entre as despesas executadas na função gestão ambiental, dos municípios, no período de 2005 a 2011, e as receitas executadas no mesmo período? 3. Quais municípios que obtiveram maior e menor aplicação de recursos na função de despesa gestão ambiental em relação ao total de despesas executadas?

2. Fundamentação Teórica

2.1 Transparência e informação na gestão pública

A LRF (lei nº. 101 de 04/05/2000) no seu artigo primeiro define seu objetivo como: “Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal [...]”. Já Lei Complementar de nº. 131, de 27 de maio de 2009 acrescentou dispositivos à LRF. Estas alterações vieram assegurar ao cidadão um acesso ainda maior sobre a execução do orçamento público, incentivo à participação popular nos processos de elaboração e discussão das leis orçamentárias. Destaca-se o item II, do parágrafo único, acrescentado ao artigo 48 da LRF:

Art. 48.

Parágrafo único. A transparência será assegurada mediante:

...

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, **em tempo real**, de **informações** pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em **meios eletrônicos de acesso público** (grifo nosso).

Esta lei complementar concedeu prazos para a devida liberação em meios eletrônicos em tempo real das informações. Além disso, determinou que os municípios com número de habitantes entre 50.000 e 100.000 mil habitantes teriam dois anos após a publicação da lei, ou seja, até 2011. Para aqueles com mais 100.000 teriam prazo até 2010 e aqueles com menos de 50.000 têm prazo até maio de 2013.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) têm sido denominadas de “A Nova Contabilidade Pública”, e na NBC T 16.5 – Registro Contábil (CFC, 2008), no item 4, estão relacionadas as características da informação contábil no setor público. Entre elas destaca-se a “Visibilidade” em que os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão.

Na experiência norte-americana há um trabalho publicado pelo *Governmental Accounting Standards Boards* (GASB, 1985 *apud* SILVA, 2011) no qual se reconhece três tipos de usuários da informação contábil no setor público: 1) o cidadão, para quem o governo é o principal responsável pelas informações; 2) os membros do legislativo, que representam os cidadãos; e 3) os investidores e os credores. Os gestores não estão incluídos pelo fato de serem eles mesmos quem elaboram os relatórios.

Um dos principais objetivos da contabilidade é possibilitar o avanço para a melhoria da qualidade da informação. Para Silva (2011), a contabilidade pública tem caráter utilitário e sua finalidade é fornecer informação útil para tomada de decisões. Ainda segundo Silva (2011, p. 71)

O Sistema de Contabilidade Pública constitui-se num sistema de informações que visa atender às necessidades dos administradores, às determinações legais que regem a Administração Pública e ao oferecimento ao cidadão de informes sobre o destino dos recursos dos tributos que lhes foram cobrados.

Percebe-se que o cidadão que contribuiu com seus recursos para a devida aplicação pela administração pública tem o direito de saber o destino dessa contribuição. As informações sobre a gestão dos recursos públicos devem ser melhor transparentes.

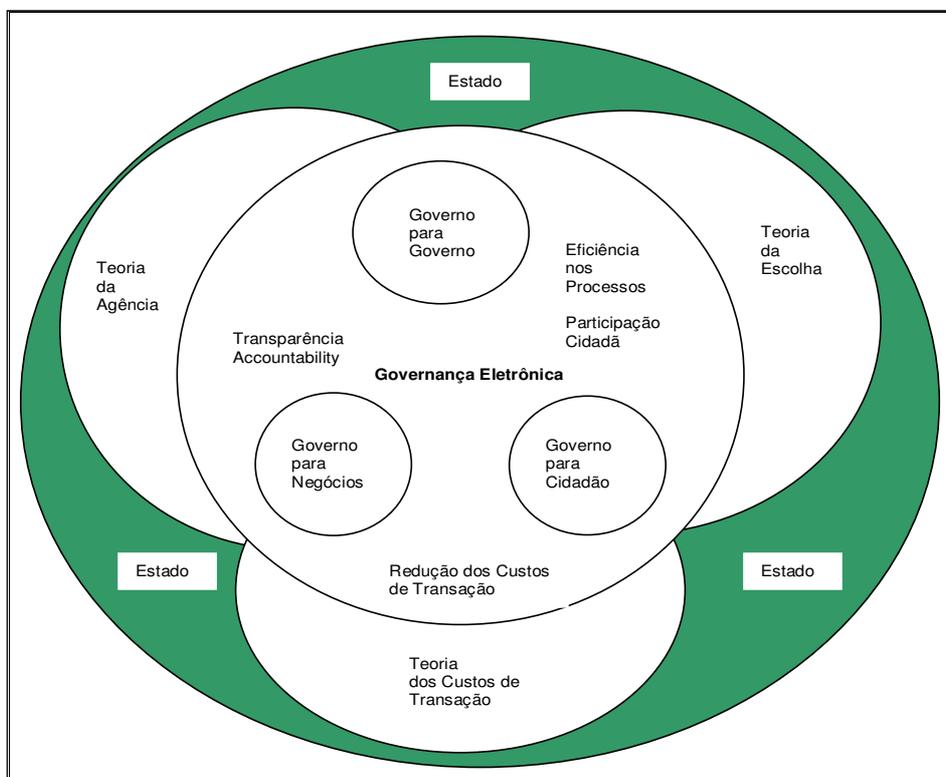
Para Matias-Pereira (2008), a transparência é dos requisitos de controle da sociedade civil sobre o Estado. Este pesquisador argumenta também que a sociedade vem se preocupando e exigindo maior transparência na gestão pública, com o combate à corrupção e cobrança da responsabilidade dos gestores públicos. Shih (2010) conclui que o grau de corrupção está relacionado ao grau de transparência, e o grau da

transparência tem correlação com a confiança da pessoa para o governo, e afirma que muitas organizações adotaram a transparência como um indicador da boa administração. Ainda de acordo com este autor, a confiança e o resultado da transparência são as pedras angulares da boa administração.

Hendriksen e Breda (1999, p. 515) trabalharam alguns conceitos de divulgação, entre eles a divulgação justa e divulgação completa. “A divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial. Divulgação completa pressupõe a apresentação de toda informação relevante.” Os gestores municipais devem se utilizar desses conceitos quanto à transparência de informações ambientais, sobre projetos, gastos, investimentos, etc., bem como da educação ambiental. Quando se menciona transparência e divulgação dos recursos e das contas pública pode-se reportar ao conceito de governo eletrônico devido à tecnologia atualmente desenvolvida.

Na figura 1 é retratado o ambiente em que está inserida a base conceitual da visão de governança eletrônica que, segundo Mello e Slomski (2012), as teorias da agência, da escolha pública e dos custos de transação são alicerces da governança eletrônica do Estado.

Figura 1 - Tendências teóricas da governança eletrônica na gestão pública.



Fonte: Mello e Slomski (2012, p. 192).

Nesse cenário, a governança eletrônica tem os seguintes objetivos, de acordo com Mello e Slomski (2012, p. 192):

- Minimizar os problemas de agência, reduzindo a assimetria informacional ente o agente (gestor público) e o principal (cidadão);
- Minimizar os problemas relacionados ao comportamento dos gestores públicos, para que eles tomem as decisões para maximizar o bem comum e não os interesses próprios;
- Reduzir os custos de transação.

Continuam, ainda, Mello e Slomski (2012), que tais objetivos podem ser alcançados, pois, “a governança eletrônica promove mais transparência, accountability, eficiência nos processos internos, melhora a qualidade dos serviços, reduz os custos de transação, promove mais participação cidadã, etc.”. Conforme a figura 1 e estes autores, a governança eletrônica funciona pelas relações ocorridas dentro do governo, com as empresas e fornecedores etc. e, com os cidadãos.

Conforme Silvestre e Araújo (2009) só é possível uma gestão eficiente das organizações públicas se existirem instrumentos de gestão que proporcionem informação aos políticos, aos gestores e aos cidadãos sobre as atividades das organizações públicas.

Ainda segundo estes autores “A Gestão por Resultados (GpR), nomeadamente o denominado Tableau de Bord (TdB), foi uma das ferramentas de que os Governos se socorreram para medir e comparar o desempenho das organizações públicas” (p. 5). E, uma das vantagens em adotar o TdB, na opinião de Silvestre e Araújo (2009, p.6) é “disponibilização de informação num curto espaço de tempo a cada unidade de produção auxiliando a tomada de decisão”.

2.2 Informações ambientais e gestão ambiental pública

Nos orçamentos públicos podem contemplar, segundo a Portaria nº. 42/99, uma rubrica de despesa pública intitulada “Gestão Ambiental”, na qual se denota o percentual do orçamento geral que o governo segrega, anualmente, para investimentos na área ambiental. As dotações orçamentárias do setor público possuem várias classificações e uma delas é a despesa por Função. Por Função de despesa, conforme a Portaria nº. 42/99, deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Ainda segundo esta norma, a Subfunção representa uma partição da função. As subfunções da Função 18 - Gestão Ambiental são: 541 -

Preservação e Conservação Ambiental; 542 – Controle Ambiental; 543 – Recuperação de Áreas Degradadas; 544 - Recursos Hídricos; e 545 – Meteorologia.

A sociedade deve desempenhar papel importante nas discussões e na elaboração dos planos de governo, cabendo a este o dever de informar, periodicamente, à população, em audiências públicas e, também, por meio eletrônico. O orçamento participativo é outro espaço para a democratização das políticas públicas do meio ambiente. No entanto, os gestores públicos devem estimular a participação popular, ao promover o acesso à informação sobre os atos de gestão. O Princípio 10 da Declaração do Rio de 1992 (Programa Agenda 21), conforme Oliveira e Guimarães (2004, p.108), assevera que:

A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas [...]. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando informação à disposição de todos [...].

Entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, de acordo com a Lei 6.938/81, destaca-se com base nos objetivos deste estudo, “a garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando-se o poder público a produzi-las, quando existente”. Para Barbieri (2007, p.71) “Gestão ambiental pública é a ação do poder público conduzida segundo uma política pública ambiental”. Desse modo, gestão ambiental não deve ser preocupação somente na área empresarial. Barbieri (2007, p.71) conceitua, política pública ambiental como “o conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação que o poder público dispõe para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente”. Entre os instrumentos de política pública ambiental Barbieri (2007, p. 73) inclui a “Informação ao público”.

O município paulista de Mogi-Guaçu inovou ao estabelecer em sua lei orgânica, no artigo 159, critérios para possibilitar o acesso às informações ambientais aos cidadãos (DIAS, 2008).

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em maio de 2005, mas referente ao ano de 2002, constatou que: “somente 6% dos municípios brasileiros têm secretarias dedicadas exclusivamente a questões ambientais e 32% não possuem nenhum tipo de órgão para cuidar do meio ambiente.” (DIAS, 2008, p. 79). Tal cenário pode não possibilitar devidamente o amplo acesso público à informação ambiental por parte do poder público.

Sobre a informação ambiental o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Resolução CFC nº. 1.003/2004 que trata da NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental (CFC, 2004). O objetivo desta norma é demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade socioambiental da entidade. Determina-se no item 15.2.4:

Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados: a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; h) passivos e contingências ambientais.

Cruz, Marques e Ferreira (2009) concluíram que a informação contábil constitui instrumento relevante para auxiliar na gestão dos recursos ambientais pelas entidades governamentais, no entanto, os relatórios da contabilidade pública evidenciam informações desse tipo de forma bastante tímida e, visando apenas cumprir determinações legais. Uma das propostas para fortalecimento da gestão ambiental nos municípios é a implantação de Sistemas de Informações Ambientais, bem como promover a disponibilidade dos dados para a sociedade (PHILIPPI JR. et al., 1999).

Uma pesquisa de Coelho, Cruz e Platt Neto (2011) consistiu em estudar a informação como ferramenta de auxílio no exercício do controle social. Ressaltaram que a informação contábil é um meio de se assegurar a participação popular na gestão fiscal do governo. Para estes pesquisadores a transparência é um dos pilares da democracia moderna, e uma das condições para uma transparência efetiva é de que as informações colocadas à disposição ao cidadão sejam compreensíveis e relevantes. Concluem que

A Contabilidade é uma ciência capaz de disponibilizar aos cidadãos informações justas, adequadas e plenas, possibilitando, assim, uma compreensão satisfatória dos atos e fatos públicos que permeiam as decisões políticas e que interferem diretamente em toda a vida social. (p. 180).

Outra pesquisa, realizada em Portugal por Cruz (2011), teve como objetivo identificar as diferenças de maior relevância entre o Plano Geral de Contabilidade de Angola e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) de Portugal. A autora conclui que o SNC garante transparência, comparabilidade e padronização da informação, o que irá promover a tomada de decisão dos investidores em diferentes mercados.

Os resultados dos estudos de Tridapalli et al. (2011) mostraram que pesquisas sobre gastos ambientais no Brasil tiveram início após o final dos anos 1990, com destaque para o nível de análise federal. Percebe-se, então, que são relativamente recentes pesquisas sobre o tema gastos ambientais públicos e que se torna oportuno estudos a níveis dos estados e municípios. Estes autores concluíram e chamaram a atenção para a necessidade e a possibilidade de um maior número de estudos sobre potencialidades e limitações da análise de gastos em meio ambiente.

3. Procedimentos Metodológicos

Vergara (2009) propôs dois critérios para a definição do tipo de pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios. O presente estudo classifica-se quanto aos fins como exploratória e aplicada, e quanto aos meios, como pesquisa de campo e pesquisa documental. A abordagem é mista, mas com predominância do tipo qualitativa. Justifica-se uma abordagem mais qualitativa pelo fato da preocupação ser a interpretação ao invés de medição (MARTINS e THEÓPHILO, 2007). Pelo critério de Gil (2011) o método é o estatístico, cujas explicações são dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiras. O nível de pesquisa é exploratório e tem como objetivo proporcionar visão geral acerca de determinado fato, e o delineamento deste estudo é a pesquisa documental e estudo de campo.

A pesquisa documental emprega fontes primárias (MARTINS e THEÓPHILO, 2007) e, vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico (GIL, 2011). Foram realizadas visitas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), Secretaria Regional de Vilhena. Utilizou-se do sistema informatizado para a identificação dos relatórios, com a permissão do gestor. Os documentos obtidos foram os relatórios da execução orçamentária com as informações da despesa por função e da receita, de 2005 a 2010. Pelo fato de serem oficiais, são considerados como documentos de primeira mão (GIL, 2011). Foram realizadas, ainda, análises nas *home pages* dos municípios do estado de Rondônia.

Após coletados os dados, foram utilizados recursos adequados para elaboração e apresentação dos dados em planilhas, quadros e tabelas. A análise dos resultados foi realizada por meio de ferramentas estatísticas do XLSTAT, suplemento do Microsoft Excel. Foi utilizada a estatística descritiva para apoiar uma interpretação dita subjetiva (VERGARA, 2009) e, ainda, a estatística inferencial. Utilizou-se a média, o desvio-padrão,

a variância, o coeficiente de correlação e de determinação de Pearson e teste *t* de *Student*. A análise da correlação foi entre as receitas, variáveis independentes, e as despesas da função Gestão Ambiental, variáveis dependentes, pois, conforme Silva (2012, p.18) “arrecada-se para gastar” e “Espera-se que o governo ao arrecadar mais possa, também, investir mais no cumprimento de suas funções”. Para eliminar o efeito da inflação sobre as contas públicas utilizou-se o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para atualizar os valores das demonstrações contábeis públicas (SILVA, 2012).

No intuito de interpretar os coeficientes de correlação utilizaram-se as escalas conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Escalas para análise da correlação.

Se $r_{xy} = 0$ → Não há correlação linear entre as variáveis
Se $r_{xy} = +/- 1$ → Há correlação linear total entre as variáveis
Se $-1,0 < r_{xy} < +1,0$ → Correlação parcial entre as variáveis:
• Se $0,9 < ou = r_{xy} < 1,0$ → alta ou ótima correlação
• Se $0,8 < ou = r_{xy} < 0,9$ → boa correlação
• Se $0,6 < ou = r_{xy} < 0,8$ → média correlação
• Se $0,4 < ou = r_{xy} < 0,6$ → baixa correlação
• Se $0,0 < ou = r_{xy} < 0,4$ → péssima correlação

Fonte: Martins e Domingues (2011, p. 487).

4. Apresentação e Análise dos Resultados

Depois de realizadas as visitas ao TCE-RO onde foram coletados os dados, os mesmos foram organizados e apresentados nas tabelas 1 e 2. Na tabela 1 apresentam-se as despesas com gestão ambiental, bem como seu valor relativo em relação ao total de despesas por municípios entre os anos 2005 a 2007. Algumas informações desse período não estavam disponíveis no sistema do TCE-RO. Por isso, as células da planilha preenchidas de cor verde referem-se aos municípios que tinham histórico de dotação com a despesa gestão ambiental, ou seja, pelo menos 1 ano com essa aplicação de recursos, mas do qual não se obteve informação de um determinado ano. No período de 2005 a 2007, 44% dos municípios fizeram dotação com gestão ambiental, e 56% ou 29 municípios, não o fizeram.

Tabela 1 – Despesas com Gestão Ambiental por Municípios de Rondônia, 2005 a 2007.

MUNICÍPIOS DE RO	ANOS ANALISADOS					
	2005		2006		2007	
	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%
1° Alta Floresta d' Oeste						
2° Alto alegre do Parecis					16.275,91	0,12
3° Alto Paraíso			68.619,07	0,53		
4° Alvorada D'Oeste						
5° Ariquemes	1.573.829,62	2,61				
6° Buritis	31.002,81	0,16			106,53	0
7° Cabixi					50.000,00	0,73
8° Cacaullandia						
9° Cacoal	714.118,32	1,21	3.208.704,63	4,36	585.292,04	0,71
10° Campo Novo de Rondônia					7.506,10	0,06
11° Candeias do Jamari						
12° Castanheiras	1.152,34	0,02	19.009,00	0,32	1.347,70	0,02
13° Cerejeiras	5.791,02	0,05	4.500,00	0,03		
14° Chupinguaia			142.820,00	1,09		
15° Colorado						
16° Corumbiara						
17° Costa Marques						
18° Cujubim						
19° Espigão do Oeste					37.591,45	0,14
20° Governador Jorge Teixeira						
21° Guajara-Mirim	29.283,60	0,12	26.733,20	0,09	66.006,34	0,19
22° Itapuã						
23° Jarú						
24° Ji-Parana						
25° Machadinho d'Oeste						
26° Ministro Andreazza	15.863,77	0,19				
27° Mirante da Serra			636,00	0,01		
28° Monte Negro						
29° Nova Brasilândia d'Oeste						
30° Nova Mamore	6.358,04	0,05	8.618,04	0,05		
31° Nova Uniao						
32° Novo Horizonte do Oeste						
33° Ouro Preto do Oeste	45.774,44	0,17	93.173,80	0,35	15.220,85	0,05
34° Parecis						
35° Pimenta Bueno			75.837,60	0,26	22.900,93	0,08
36° Pimenteiras do Oeste	174.973,44	3,65				
37° Porto Velho	1.112.950,92	0,48	1.233.266,09	0,41	1.438.234,18	0,39
38° Presidente Medici						
39° Primavera de Rondônia						
40° Rio Crespo						
41° Rolim de Moura	2.669,15	0,01				
42° Santa Luzia d'Oeste						
43° São Felipe d'Oeste						
44° São Francisco do Guaporé						
45° São Miguel do Guaporé			14.897,40	0,08	26.974,25	0,13
46° Seringueiras			2.809,85	0,02	8.348,82	0,06
47° Teixeiropolis						
48° Theobroma						
49° Urupá						
50° Vale do Anari						
51° Vale do Paraíso						
52° Vilhena			1.200,00	0,00	13.653,88	0,02

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena, 2012.

Tabela 2 – Despesas com Gestão Ambiental por Municípios de Rondônia, 2008 a 2010.

MUNICÍPIOS DE RO	ANOS ANALISADOS					
	2008		2009		2010	
	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%
1° Alta Floresta d' Oeste						
2° Alto Alegre do Parecis	3.900,00	0,02	8.321,00	0,05	4.387,53	0,02
3° Alto Paraíso	7.518,00	0,04				
4° Alvorada D'Oeste	110.142,49	0,25			44.112,22	0,18
5° Ariquemes			207.836,88	0,16	264.767,84	0,21
6° Buritis	9.040,00	0,03				
7° Cabixi						
8° Cacaulandia						
9° Cacoal	2.063.147,82	2,40	2.247.241,08	2,38	3.707.367,66	3,60
10° Campo Novo de Rondônia						
11° Candeias do Jamari						
12° Castanheiras						
13° Cerejeiras					4.800,00	0,02
14° Chupinguaia						
15° Colorado						
16° Corumbiara						
17° Costa Marques						
18° Cujubim						
19° Espigão do Oeste						
20° Governador Jorge Teixeira						
21° Guajara-Mirim	81.978,71	0,22	23.669,00	0,06	6.100,55	0,01
22° Itapuã						
23° Jarú					101.996,60	0,15
24° Ji-Parana	43.500,00	0,03			173.876,50	0,14
25° Machadinho d'Oeste						
26° Ministro Andreazza						
27° Mirante da Serra	1.597,20	0,01	700	0,01		
28° Monte Negro			76.353,01	0,38		
29° Nova Brasilândia d'Oeste			21.383,80	0,08	7.500,00	0,03
30° Nova Mamore					19.759,83	0,07
31° Nova Uniao						
32° Novo Horizonte do Oeste						
33° Ouro Preto do Oeste	107.809,81	0,29	78.402,65	0,19	81.829,04	0,16
34° Parecis						
35° Pimenta Bueno	576,57		425,00			
36° Pimenteiras do Oeste						
37° Porto Velho	1.935.935,91	0,37	1.740.799,63	0,30	2.752.822,66	0,36
38° Presidente Medici						
39° Primavera de Rondônia			70.000,00	0,79		
40° Rio Crespo						
41° Rolim de Moura	2.487,75	0,00	6.450,00	0,01	26.500,00	0,04
42° Santa Luzia d'Oeste						
43° São Felipe d'Oeste						
44° São Francisco do Guaporé					46.305,56	0,14
45° São Miguel do Guaporé						
46° Seringueiras					2.684,50	0,02
47° Teixeirópolis						
48° Theobroma					4.612,80	0,02
49° Urupá					1.976,00	0,01
50° Vale do Anari					11.150,69	0,06
51° Vale do Paraíso					1.020,00	0,01
52° Vilhena	5.254,00	0,01	7.500,00	0,01	17.957,40	0,02

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena, 2012.

Os valores referentes ao ano de 2011 ainda não estavam disponíveis para análise. Nesse período, 52% fizeram a dotação, mostrando que mais municípios aplicaram recursos com gestão ambiental neste triênio do que no anterior.

Os municípios com maiores aplicações de recursos na dotação gestão ambiental observado pelas médias, e conforme a tabela 3, foram Cacoal, Porto Velho (capital), Ouro Preto do Oeste e Guajará-Mirim. Para esta análise foram considerados os municípios que tiveram a dotação em todos os períodos.

Tabela 3 – Estatística descritiva da Função Gestão Ambiental de 2005 a 2010. Em moeda de 2010.

MUNICÍPIOS DE RO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	VARIÂNCIA
9º Cacoal	2.329.936,12	1.406.542,78	1.978.362.584.268,30
21º Guajara-Mirim	44.289,69	31.424,75	987.514.858,68
33º Ouro Preto do Oeste	78.792,58	36.890,09	1.360.878.833,92
37º Porto Velho	1.896.191,16	535.531,98	286.794.502.729,57
52º Vilhena	9.958,86	7.282,93	53.041.039,46

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Para analisar a gestão ambiental por meio da estatística descritiva, optou-se em analisar apenas aqueles municípios com dotação em todos os anos, com exceção de Vilhena que deixou de ter apenas em 2005.

Para responder ao questionamento 1, de quais municípios apresentam mais regularidade de gastos com a função de despesa gestão ambiental, são aqueles que apresentaram menor desvio-padrão e variância. São eles na ordem: Vilhena, Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste, Porto Velho e Cacoal.

Desse modo o município de Vilhena é mais regular na aplicação durante os anos, e Cacoal é o que mais aplica em termos de volume de recursos, porém, o menos regular.

Para ter a resposta do questionamento 2, de qual o nível de correlação existente entre as despesas executadas na função gestão ambiental, e as receitas executadas no mesmo período, calcularam-se o coeficiente de correlação e de determinação de Pearson (r e r^2). Considerou-se para a análise os 3 municípios com maiores médias com a dotação gestão ambiental: Cacoal, Porto Velho e Ouro Preto do Oeste.

Na tabela 4 apresenta-se a correlação entre as despesas executadas (empenhadas) na dotação gestão ambiental e a receitas executadas (arrecadadas) do município de Cacoal. Os valores foram atualizados para a moeda de 2010.

Tabela 4 - Correlação dos gastos com gestão ambiental e receitas – Cacoal.

Função Gestão Ambiental e Receitas - moeda de 2010		
Município de Cacoal		
ANO	DESPESAS	RECEITAS
2005	899.943,60	74.093.517,49
2006	3.974.887,30	89.902.554,78
2007	689.925,61	95.980.397,96
2008	2.186.252,28	93.324.261,35
2009	2.339.602,57	95.938.340,72
2010	3.889.005,38	109.266.370,05
Soma	13.979.617	558.505.442
Coefficiente de Correlação		
r e r²	0,5290	27,99%

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena. Dados da pesquisa, 2012.

O coeficiente de correlação (r de Pearson) foi de 0,5290 e o coeficiente de determinação (r^2) foi de, aproximadamente, 28%. A correlação é positiva e pode-se entender que à medida que as receitas executadas aumentam, há um aumento das despesas na função gestão ambiental. No entanto a correlação é baixa. O r^2 evidencia que apenas 28% das variações das despesas com gestão ambiental podem ser explicadas pelas variações nas receitas. Segundo Martins e Domingues (2011) o fato de se apresentar uma correlação baixa não se deve descartar as variáveis de estudo. “Um coeficiente de correlação linear baixo indica apenas que não há uma grande semelhança de comportamento linear entre as variáveis de estudo” (p. 487). Desse modo, devem-se estudar outros tipos de relações entre as variáveis como, por exemplo, o teste *t* de Student. Entretanto, para aplicar o teste, deve-se ter pelo menos uma quantidade maior de amostras ou garantir que a população tenha distribuição normal (LEVIN, 2004). Com o valor obtido de r, é possível que o resultado tenha erro amostral. Apresenta-se na tabela 5 a correlação entre as despesas executadas na dotação gestão ambiental e a receitas executadas da capital Porto Velho.

A correlação é positiva e considerada boa, pois o r foi próximo de +1. O r^2 evidencia que quase 70% das variações das despesas com gestão ambiental podem ser explicadas pelas variações nas receitas. O terceiro município que obteve dotação com gestão ambiental em todos os períodos em análise, Ouro Preto do Oeste, apresentou péssima correlação (r de Pearson), conforme a tabela 6.

Tabela 5 - Correlação dos gastos com gestão ambiental e receitas
- Porto Velho.

Função Gestão Ambiental e Receitas - moeda de 2010		
Município de Porto Velho		
ANO	DESPESAS	RECEITAS
2005	1.402.558,98	326.299.381,30
2006	1.527.748,51	373.289.538,97
2007	1.695.349,54	414.977.888,92
2008	2.051.449,86	497.175.716,43
2009	1.812.346,40	688.148.967,79
2010	2.887.693,67	767.702.683,43
Soma	11.377.147	3.067.594.177
Coefficiente de Correlação		
r e r²	0,8330	69,39%

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena. Dados da pesquisa, 2012.

Tabela 6 - Correlação dos gastos com gestão ambiental e receitas
- Ouro Preto do Oeste.

Função Gestão Ambiental e Receitas - moeda de 2010		
Município de Ouro Preto do Oeste		
ANO	DESPESAS	RECEITAS
2005	57.685,70	34.701.206,29
2006	115.422,08	35.472.239,44
2007	17.941,91	36.324.674,76
2008	114.242,63	44.800.617,54
2009	81.624,99	48.128.885,35
2010	85.838,15	54.280.249,26
Soma	472.755	253.707.873
Coefficiente de Correlação		
r e r²	0,3122	9,75%

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena. Dados da pesquisa, 2012.

O r^2 mostra que somente 9,75% das variações das despesas com gestão ambiental podem ser explicadas pelas variações nas receitas. O coeficiente de correlação foi calculado, também, totalizando todos os municípios do estado que efetuaram dotação na função gestão ambiental, pelo menos em um ano, evidenciado nas tabelas 7 e 8. As despesas e receitas foram atualizadas pela moeda de 2010.

Houve em dois municípios que não foi possível ter a informação da receita nem pelo sistema do TCE-RO nem na rede *web*.

De acordo com o quadro 1, a correlação total entre as despesas com a função gestão ambiental e as receitas dos municípios, em 2005, foi média. No exercício de 2006 verifica-se uma baixa correlação total. Já no ano de 2007 houve uma alta correlação

total. Os resultados dos períodos de 2008 a 2010 foram diferentes, pois evidenciaram péssima correlação total nos três anos, conforme a tabela 8. Nos exercício de 2008 e 2009 a correlação foi negativa e fraca, pois próxima de zero.

Tabela 7 – Correlação total entre a despesa e receita dos municípios entre 2005 e 2007.

Função Gestão Ambiental e Receitas - moeda de 2010

Municípios	2005		2006		2007	
	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS
Alto Alegre dos Parecis		11.942.547		14.382.968	19.186	16.021.234
Alto Paraíso		14.343.417	85.004	16.346.669		17.122.303
Ariquemes	1.983.366	78.825.238		93.895.140		102.912.292
Buritis	39.070	24.717.131		29.616.211	126	31.937.229
Cabixi		7.098.489		8.051.326	58.939	7.995.289
Cacoal	899.944	74.093.517	3.974.887	89.902.555	689.926	95.980.398
Campo Novo de Rondônia		8.281.952		13.023.514	8.848	13.708.405
Castanheiras	1.452	6.226.039	23.548	7.896.202	1.589	8.389.013
Cerejeiras	7.298	21.000.963	5.575	19.429.195		20.086.586
Chupinguaia		13.923.768	176.923	16.154.105		
Espigão do Oeste		25.840.649		27.546.792	44.312	33.505.132
Guajará-Mirin	36.904	31.629.528	33.117	35.948.221	77.806	40.325.901
Ministro Andreazza	19.992	10.860.724		12.585.405		14.588.880
Mirante da Serra		12.488.631	788	14.551.947		15.750.700
Nova Mamoré	8.013	16.577.152	10.676	19.579.077		22.059.347
Ouro Preto do Oeste	57.686	34.701.206	115.422	35.472.239	17.942	36.324.675
Pimenta Bueno		30.229.706	93.946	31.833.877	26.995	34.985.831
Pimenteiras do Oeste	220.504	5.960.251		6.012.049		7.335.652
Porto Velho	1.402.559	326.299.381	1.527.749	373.289.539	1.695.350	414.977.889
TOTAL	4.680.151	894.347.391	6.071.056	1.040.987.742	2.698.749	1.121.287.984
Coefficiente de Correlação						
r e r²	0,6524	42,56%	0,4458	19,87%	0,9741	94,89%

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena. Dados da pesquisa, 2012.

Tabela 8 - Correlação total entre a despesa e receita dos municípios entre 2008 e 2010.

Função Gestão Ambiental e Receitas - moeda de 2010

Municípios	2008		2009		2010	
	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS
Alto Alegre dos Parecis	4.133	18.205.013	8.663	19.306.495	4.602	21.759.521
Alto Paraíso	7.967	21.087.510		20.750.798		25.220.871
Alvorada D'Oeste	116.715	23.976.179			46.273	28.132.031
Ariquemes		115.979.120	216.379	132.363.190	277.740	146.781.236
Buritis	9.579	32.662.106		36.915.719		48.869.480
Cacoal	2.186.252	93.324.261	2.339.603	95.938.341	3.889.005	109.266.370
Cerejeiras		24.096.757		22.979.060	5.035	25.563.577
Espigão do Oeste		40.940.004		38.406.826		48.677.871
Guajará-Mirin	86.870	61.469.185	24.642	68.826.083	6.399	77.221.993
Jarú		136.978.934		124.397.558	106.994	139.662.273
Ji-Paraná	46.096	15.219.630		16.194.808	182.395	19.692.926
Mirante da Serra	1.693	20.614.132	729	21.886.152		28.465.650
Monte Negro		24.950.530	79.491	24.780.896		26.879.587
Nova Brasilândia D'Oeste		24.462.287	22.263	23.358.482	7.867	28.528.440
Nova Mamoré		44.800.618		48.128.885	20.728	54.280.249
Ouro Preto do Oeste	114.243	42.917.453	81.625	42.741.109	85.838	43.568.837
Pimenta Bueno	611	497.175.716	442	688.148.968		767.702.683
Porto Velho	2.051.450	7.997.971	1.812.346	8.854.151	2.887.694	10.811.677
Primavera de Rondônia		59.429.630	72.877	59.861.425		69.497.267
Rolim de Moura	2.636	19.401.637	6.715	23.541.897	27.798	28.802.504
São Francisco do Guaporé		15.584.437		14.983.642	48.574	17.553.440
Seringueiras		16.693.316		16.861.066	2.816	21.074.203
Theobroma		15.355.415		17.784.567	4.839	22.250.724
Urupá		15.193.380		15.980.503	2.073	17.097.723
Vale do Anari		12.044.546		12.613.340	11.697	16.834.597
Vale do Paraíso		101.037.129		100.278.519	1.070	121.633.782
Vilhena	5.567	101.037.129	7.808	100.278.519	18.837	121.633.782
TOTAL	4.633.811	1.602.634.025	4.673.583	1.796.160.997	7.638.276	2.087.463.295
Coefficiente de Correlação						
r e r²	-0,0852	0,73%	-0,1126	1,27%	0,1265	1,60%

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena. Dados da pesquisa, 2012.

Para verificar se o coeficiente de correlação amostral (r) pode ser utilizado para fazer inferências acerca da correlação da população sob estudo (ρ), foi realizado teste t para as amostras no período de 2008 a 2010, conforme tabela 9.

De acordo com os resultados, há correlação linear apenas nos anos de 2005 e 2007.

Tabela 9 - Resultado do Teste t para correlação entre as variáveis despesas com gestão ambiental e receitas.

Ano	n	gl	t tabelado	t calculado	Conclusão
2005	11	9	2,262	2,582	t calculado > t tabelado - há correlação
2006	11	9	2,262	1,494	t calculado < t tabelado - não há correlação
2007	11	9	2,262	12,924	t calculado > t tabelado - há correlação
2008	13	11	2,201	-0,284	t calculado < t tabelado - não há correlação
2009	13	11	2,201	-0,376	t calculado < t tabelado - não há correlação
2010	20	18	2,101	0,541	t calculado < t tabelado - não há correlação

Fonte: Teste t - Intervalo de confiança de 95% com 5% de erro (0,25 para cada lado) - (LEVIN e FOX, 2004).

O terceiro questionamento foi referente à quais municípios do estado de Rondônia que obtiveram maior e menor aplicação de recursos na função de despesa gestão ambiental em relação ao total de despesas executadas. Para tanto, a análise foi nos períodos de 2009 e 2010 e evidenciados na tabela 10. Nessa análise não consideraram aqueles municípios que nada aplicaram na dotação nos anos de 2005 a 2010.

Tabela 10 - Municípios com maior e menor aplicação na função gestão ambiental.

MAIOR APLICAÇÃO			MENOR APLICAÇÃO		
NOME	2009%	2010%	NOME	2009%	2010%
Cacoal	2,38	3,60	Urupá	0,00	0,01
Primavera de Rondônia	0,79	0,00	Vale do Paraíso	0,00	0,01
Monte Negro	0,38	0,00	Seringueiras	0,00	0,02
Porto Velho	0,30	0,36	Theobroma	0,00	0,02
Ouro Preto do Oeste	0,19	0,16	Vilhena	0,01	0,02
Soma	4,04	4,12	Soma	0,01	0,08

Fonte: TCE-RO. Secretaria Regional de Vilhena. Dados da pesquisa, 2012.

Considerando as médias e volume de aplicação, nos períodos de 2009 e 2010, o município de Cacoal é que mais aplica recursos na função de despesa gestão ambiental. Este município foi o que apresentou maior aumento percentual de 2009 para 2010. Os municípios de Primavera de Rondônia e Monte Negro embora tenham apresentado bons índices em 2009, os mesmo não foram repetidos no exercício financeiro seguinte.

Dos municípios que tiveram dotação na função de despesa em análise, Urupá e Vale do Paraíso foram os que apresentaram menores aplicações.

5. Considerações Finais

O objetivo principal do estudo foi conhecer o perfil da aplicação na função de despesa Gestão Ambiental pelos municípios de Rondônia e, especificamente, responder a três questões. A primeira questão foi saber quais municípios apresentam mais regularidade de gastos com a função de despesa gestão ambiental. Dos municípios que realizaram dotações em todos os períodos os mais regulares são Vilhena, Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste, Porto Velho e Cacoal. Destes, Cacoal é menos regular.

A segunda questão foi identificar qual o nível de correlação existente entre as despesas executadas na função gestão ambiental e as receitas. Considerando os municípios já citados, que apresentam dotações regularmente, Porto Velho apresentou boa correlação, Cacoal baixa e Ouro Preto do Oeste péssima, no entanto, a correlação é positiva nos três municípios. Considerando a correlação total, ou seja, de todos os municípios que apresentaram dotação, a mesma foi péssima nos períodos de 2008 a 2010, baixa em 2006, média em 2005 e alta somente em 2007. O resultado do teste *t* indicou que as correlações são lineares somente para os anos de 2005 e 2007, indicando que a alocação de recursos para a função gestão ambiental foi realizada com base na receita.

O terceiro questionamento foi sobre quais municípios que obtiveram maior e menor aplicação de recursos na função de despesa gestão ambiental. Cacoal é o município que apresentou maiores volumes de aplicação na dotação. Urupá e Vale do Paraíso foram os que apresentaram menores aplicações.

A análise deste estudo proporcionou evidenciar uma irregularidade temporal e quantitativa na alocação de recursos na função gestão ambiental dos municípios rondonienses. Recomenda-se uma pesquisa de campo e de conteúdo das ações e programas de governo na função de despesa gestão ambiental dos exercícios analisados e seguintes.

6. Referências

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília, DOU de 02 set. 1981.

_____. **Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 30 abr. 2012.

_____. **Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 30 abr. 2012.

_____. Ministério do Orçamento e Gestão. **Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999**. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/leis/P42_MPOG_14-04-1999.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2011.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**. 2004. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC T 16.5 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Registro Contábil**. 2008. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2012.

COELHO, M. C.; CRUZ, F. da; PLATT NETO, O. A. A informação contábil como ferramenta de auxílio no exercício do controle social. **Revista Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 163-184, jul./set. 2011**.

CRUZ, C. F. da; MARQUES, A. L.; FERREIRA, A. C. S. Informações ambientais na contabilidade pública: reconhecimento de sua importância para a sustentabilidade. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2009**.

CRUZ, C. M. P. **Principais diferenças entre o Plano Geral de Contabilidade de Angola e o Sistema de Normalização Contabilística de Portugal**, Technical University of Lisbon. 2011. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3494>>. Acesso em: 17 maio 2012.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Cidades, 2010.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

LEVIN, J.; FOX, J. A. **Estatística para Ciências Humanas**. São Paulo: Pearson Education, 2004.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. **Estatística geral e aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Gilmar R. de; SLOMSKI, V. Práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para tomada de decisão na gestão pública. IN. MACHADO, Nelson et al. **GBRSP – Gestão baseada em resultado no setor público**. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, F. P. M.; GUIMARÃES, F. R. **Direito, meio ambiente e cidadania: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Madras, 2004.

PHILIPPI JR., A. et al. **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

SHIH, M. Trust and transparency in network governance: the implication of Taiwan's anti-corruption activities. **International public Management Review**, v. 11, n. 2, 2010.
Disponível em: <<http://www.ipmr.net>>. Acesso em: 16 maio 2012.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, M. C. **Demonstrações contábeis públicas: indicadores de desempenho e análise**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVESTRE, H. M. C.; ARAÚJO, J. F. F. E. **A gestão por resultados no sector público: o caso dos Hospitais EPE**, Technical University of Lisbon. 2009. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/515>>. Acesso em: 17 maio 2012.

TRIDAPALLI, J. P. et al. Análise dos gastos ambientais no setor público brasileiro: características e propostas alternativas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 79-95, maio/ago. 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Recebido em: 24/10/2013
Aprovado em: 05/11/2013